



DEFENSORIA PÚBLICA: NECESSÁRIA E IMPORTANTE, MAS DISTANTE DA POPULAÇÃO

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Hillary Bonifácio Hermsdorf
Andre Augusto Mendes Arrais
Saulo Vinícius De Sousa Ramos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A Defensoria Pública no Brasil é vital para promover a justiça e defender os direitos fundamentais dos cidadãos mais vulneráveis, oferecendo assistência jurídica gratuita. Sua relevância é destacada no Direito Processual Civil e no processo eletrônico, onde a complexidade jurídica pode ser um obstáculo para os menos favorecidos. No entanto, enfrenta desafios significativos, como o déficit crônico de defensores públicos, que afeta 58% das comarcas brasileiras, deixando muitos sem defesa adequada. A insuficiência de recursos financeiros limita a contratação de defensores e a melhoria da infraestrutura. Apesar de ser considerada essencial pela Constituição Federal de 1988, a Defensoria não recebe apoio financeiro adequado, resultando em serviços sobrecarregados e ineficazes.

Objetivo

O artigo analisa a falta de recursos humanos e financeiros na Defensoria Pública no Brasil, destacando o déficit de defensores, desigualdades geográficas no atendimento, insuficiência de recursos financeiros e suas implicações na justiça e equidade social. Propõe soluções para melhorar o financiamento e alocação de defensores, visando ampliar o acesso à justiça.

Material e Métodos

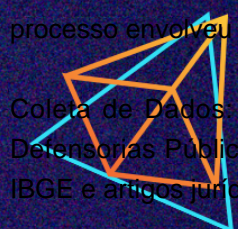
Este estudo utilizou dados secundários de fontes confiáveis como Anadep, Ipea, IBGE e artigos especializados. O processo envolveu três etapas principais:

Coleta de Dados: Dados foram extraídos de relatórios da Anadep e Ipea, especialmente do "2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil", além de informações demográficas e socioeconômicas do IBGE e artigos jurídicos complementares.

Análise Quantitativa: Incluiu o cálculo da proporção de defensores públicos por habitante, a identificação de defasagens regionais na distribuição dos defensores e a avaliação do orçamento destinado à Defensoria Pública.



3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Ananguera



Análise Qualitativa: Abrangeu a revisão de literatura para contextualizar a importância e os desafios da Defensoria Pública, além de entrevistas e testemunhos de defensores e usuários dos serviços para ilustrar os impactos da falta de recursos.

Resultados e Discussão

O Brasil enfrenta um déficit significativo de defensores públicos, com aproximadamente 6.640 profissionais para atender 178 milhões de pessoas vulneráveis. A recomendação é de um defensor para cada 15 mil habitantes, mas a realidade é um para cada 30.584. A distribuição é desigual, com estados como Paraná, Santa Catarina e São Paulo entre os mais deficitários, possuindo um defensor para cada 79.475, 57.221 e 56.359 habitantes, respectivamente. Apenas 42% das comarcas têm defensores públicos. A escassez está ligada à falta de recursos financeiros, afetando a contratação e infraestrutura. Seriam necessários mais 4.700 defensores, um aumento de 79,4%. A falta de defensores compromete o acesso à justiça para a população vulnerável, resultando em injustiças. Soluções incluem aumento do orçamento, contratação via concursos, melhor distribuição dos recursos e parcerias com universidades e ONGs.

Conclusão

A Defensoria Pública é essencial para a justiça e equidade social no Brasil, mas enfrenta desafios devido à falta de recursos e defensores públicos insuficientes. O déficit e a distribuição desigual comprometem o acesso à justiça para milhões de brasileiros vulneráveis. É crucial que o poder público aumente os investimentos e expanda a cobertura da Defensoria Pública, garantindo que todos os cidadãos exerçam plenamente seus direitos. Soluções incluem aumentar o orçamento, contratar mais defensores e distribuir recursos de forma equitativa.

Referências

Agência Brasil. "Defensoria Pública tem déficit de 4,7 mil profissionais no país". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Conjur. "Pesquisa revela déficit de defensores públicos em 58% das comarcas". Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Anadep e Ipea. "2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil". Disponível em: <https://www.anadep.org.br> e <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2023". Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Portal Brasil. "Defensoria Pública no Brasil: Desafios e Avanços". Disponível em: <https://www.portalbrasil.net>. Acesso em: 17 maio 2024.

